

O espaço e a demografia: o planejamento regional em perspectiva nas margens paranaenses do Lago de Itaipu

*Adriana Eliane Casagrande¹
Edson Belo Clemente de Souza²*

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar a dinâmica populacional, com vistas ao planejamento regional, nos municípios paranaenses situados nas margens do Lago de Itaipu - também denominada de região Costa Oeste do Paraná. O recorte temporal, a partir da década de 1990, foi determinado em vista da emergência dos processos de desmembramento territorial, configurando a atual região. Para a realização deste estudo, a pesquisa metodologicamente pautou-se em levantamentos de dados fornecidos por órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), sobre os censos demográficos realizados nos anos de 1991, 2000 e 2010, além da base teórica.

Palavras-Chave: Demografia; Itaipu; Planejamento Urbano e Regional.

Space and demographics: regional planning in perspective on the margins of Lake Itaipu

Abstract

This article aims to analyze the population dynamics, with a view to regional planning in the municipal districts situated on the shores of Lake Itaipu – also known as the West Coast region of Paraná. The time frame, from the 1990s, was determined in view of the emergence of territorial disintegration processes, setting the current region. For this study, the research was methodologically based on survey data provided by agencies such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Paraná Institute of Economic and Social Development (IPARDES) on the population censuses conducted in the years 1991, 2000 and 2010, besides the theoretical basis.

Keywords: Demographics; Itaipu; Urban and Regional Planning.

¹Discente do Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Pesquisadora do Laboratório de Estudos Regionais (LABER) e do Grupo de Estudos Fronteiriços (GEF). Contato: adri_casagrande@yahoo.com.br

²Docente do Programa de Mestrado em Geografia da Unioeste. Coordenador do LABER e membro do GEF. Pesquisador do CNPq e da Fundação Araucária. Contato: edson.souza@unioeste.br

Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar a dinâmica populacional, com vistas ao planejamento regional, nas margens paranaenses do Lago de Itaipu, também denominada de região Costa Oeste do Paraná. Esse recorte temporal foi determinado em razão de que a partir da década de 1990 se inicia os processos de desmembramento territorial, configurando a atual região composta por quinze municípios (Figura 1).

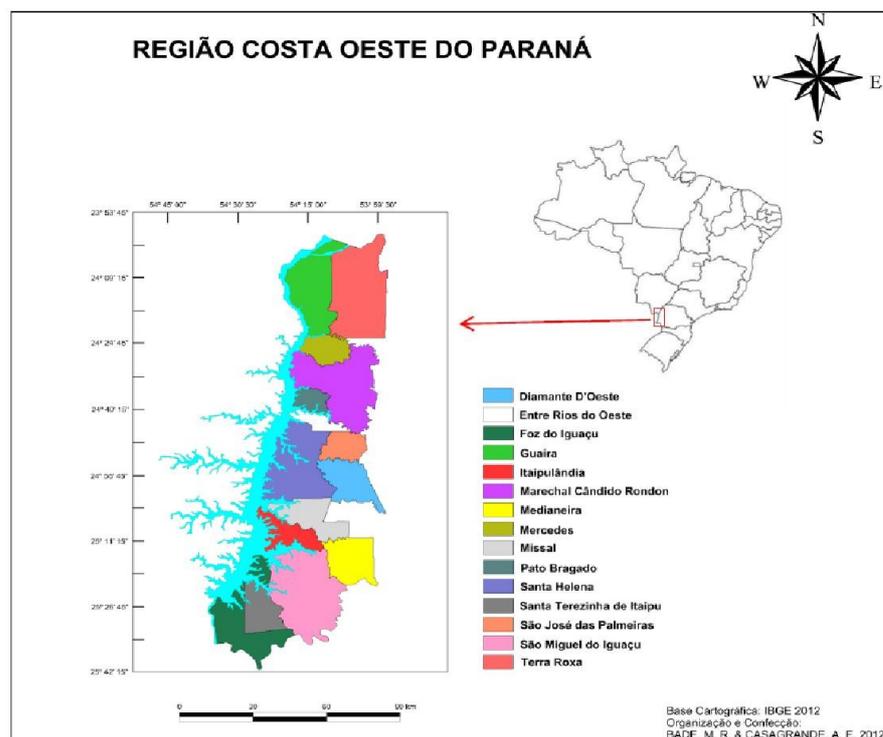


FIGURA 1 - Localização da região Costa Oeste do Paraná

Fonte: IBGE, 2012.

Elaborado por BADE e CASAGRANDE, 2012.

Com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a consequente formação do Lago em 1982, a região passou por significativas mudanças no seu arranjo espacial, culminando com os novos limites territoriais nos municípios em decorrência do alagamento de parte de suas terras, assim como desmembramento territorial em alguns deles, passando de oito para quinze municípios lindeiros.

Outro aspecto importante da região em estudo é a sua localização na faixa de fronteira com o Paraguai e a Argentina, o que caracteriza o território por inúmeras particularidades, com características diferenciadas dos demais. Por localizar-se na faixa de fronteira com o Paraguai, a Costa Oeste do Paraná está envolvida em uma relação

socioespacial diferenciada, que se expressa nos fluxos, na cultura e na identidade dos povos fronteiriços.

A partir da nova configuração regional e territorial proporcionada pela Itaipu, torna-se importante analisar os movimentos e as flutuações populacionais na região, análise que pode ser realizada através da comparação de dados oriundos dos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), caracterizando a evolução demográfica nesses municípios, assim como elucidando essa dinâmica populacional regional, seja em função de fatores como migração, êxodo rural, grau de urbanização, entre outros indicadores sociodemográficos que sinalizam um novo perfil populacional.

Nesse sentido, é de grande importância a análise de dados obtidos com os censos demográficos, pois através deles torna-se possível diagnosticar as fragilidades e as potencialidades de cada município, realizando assim o planejamento urbano e regional, para que se ofereçam bens, serviços e empregos de acordo com as reais necessidades, proporcionando melhorias a essa população.

Para a realização deste estudo, a pesquisa metodologicamente pautou-se em levantamentos de dados fornecidos pelo IBGE e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), destacando os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Também levantamentos bibliográficos foram realizados para a compreensão epistemológica acerca do tema desenvolvido, elucidando a questão rural-urbana, a urbanização, os indicadores demográficos, a transição demográfica e a discussão a respeito do planejamento urbano enquanto condição de desenvolvimento socioeconômico.

Este artigo está estruturado em três seções, sendo que na primeira é apresentada a importância dos censos demográficos na caracterização da sociedade, assim como para o planejamento urbano e regional.

Na segunda seção é apresentada uma caracterização da região Costa Oeste, nosso objeto de pesquisa, apresentando um breve histórico das mudanças ocorridas através da construção da Hidrelétrica de Itaipu, e destacando a sua importância enquanto região localizada na faixa de fronteira. Também são apresentadas discussões sobre o urbano e o rural, do êxodo rural, das migrações e de sua importância, para posteriormente avaliar esses processos na região Costa Oeste e identificar as causas desses movimentos populacionais.

Na terceira seção são analisadas variáveis demográficas da região Costa Oeste, como a oscilação da população entre os censos de 1991, 2000 e 2010, população por sexo e faixas etárias, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), densidade demográfica, taxa de fecundidade, esperança de vida ao nascer, etc. Juntamente com a análise desses dados, propõe-se entender as causas para as mudanças desses indicadores, assim como suas consequências; bem como discute-se as ações e políticas com vistas ao planejamento urbano e regional necessárias em decorrência das transformações que vêm ocorrendo nas últimas décadas em termos da estrutura da população.

O papel do IBGE para o planejamento

Para se conhecer o perfil populacional de um lugar, suas características e sua dinâmica, é realizado um estudo demográfico. Esse estudo é de grande importância, pois a população e suas características constituem um elemento político essencial que caracteriza a sociedade, tornando-se instrumento para o planejamento econômico, social, cultural ou político.

Os censos demográficos realizados pelo IBGE apontam dados que permitem conhecer a população de um determinado país, estado, região e até município, de modo a quantificar e qualificar seus habitantes entre homens e mulheres, população urbana e população rural etc.

O IBGE foi fundado em 29 de maio de 1936, no Rio de Janeiro, como órgão responsável pelo recenseamento da população brasileira. O recenseamento ou censo demográfico é realizado a cada dez anos, ocasião em que se analisa a tendência anual de crescimento da população entre um censo e outro, assim como fatores que compõem essa dinâmica demográfica.

Por meio dos censos demográficos torna-se possível o acompanhamento da ocupação do território e o planejamento para se garantir um mínimo de desenvolvimento econômico e social. Segundo o IBGE (2010, p.2):

O conhecimento da distribuição da população no território, identificando as áreas de ocupação, seu adensamento ou baixa densidade demográfica, permite conhecer, em especial para o detalhamento urbano e rural, a relação com o ambiente e planejar adequadamente o uso sustentável dos recursos.

Além de realizar a contagem da população, o censo também classifica a população de acordo com sua estrutura por sexo e idade, o que permite o levantamento de informações como os padrões de fecundidade, mortalidade e migração, de modo a coligir as transformações demográficas em curso.

Essas informações tornam-se a base para a realização de políticas públicas voltadas à áreas como saúde, educação, moradia, saneamento básico, previdência social, além da assistência a grupos específicos, como mulheres, crianças, adolescentes e idosos. Além disso, a população é um parâmetro para a distribuição de verbas federais aos fundos estaduais e municipais e para definir o número de representantes dos cidadãos nas assembleias legislativas municipais (IBGE, 2010).

O processo de urbanização, aliado à modernização do campo e ao aumento do fluxo migratório para as cidades, levou a um intenso crescimento da população urbana e das cidades, além de mudanças estruturais e sociais que interferem nas condições de vida de seus habitantes. Assim, cada vez mais se tornam necessários planos e estratégias de forma a proporcionar o atendimento às demandas da população, caso do planejamento urbano e outras políticas voltadas ao ordenamento das cidades. Segundo Silva (2008, p. 84):

Aplicado na perspectiva de organizar a cidade, o planejamento adquire características específicas e se configura como planejamento urbano. O processo de planejar apoia-se num conjunto de técnicas e instrumentos normativos de natureza interdisciplinar que regula o uso do solo urbano e traça as linhas norteadoras do crescimento das cidades.

O planejamento pode ser compreendido como uma ação estabelecida de desenvolvimento, em que, através de diagnósticos, como o recenseamento realizado pelo IBGE, da realidade de cada município ou região, são geradas políticas públicas para suprir a necessidade de cada local. Essas políticas são investidas em setores como saúde, educação, habitação, transportes, turismo, etc. Outra função do planejamento é promover o ordenamento e a gestão do território, com o objetivo de evitar elevados índices de concentração de renda e a intensificação da desigualdade social e da pobreza.

Sob o viés do planejamento regional é possível redirecionar a oferta de bens e serviços públicos para as regiões conforme a necessidade de cada comunidade. O planejamento do território é de grande importância para a execução de políticas públicas que atendam as regiões. Assim, o planejamento é utilizado como um instrumento para a intervenção estatal no ordenamento do território, segundo as políticas e estratégias

estabelecidas. O planejamento regional serve também como balizador de decisões municipais, uma vez que muitos dos seus problemas socioeconômicos e físico-territoriais extrapolam as divisas municipais e podem ser enfrentados com mais eficiência de maneira conjunta.

Desse modo, os indicadores oferecidos pelos órgãos de pesquisa são muito importantes para obter um retrato das condições vivenciadas pela população, ao mesmo tempo, servem para direcionar ações e políticas que atendam aos cidadãos por meio de um planejamento. Para tanto, é necessário se conhecer a região em estudo.

Caracterização da região Costa Oeste do Paraná

Trazendo um breve histórico da região em estudo, cabe inicialmente afirmar que a partir de década de 1940 se inicia a vinda de migrantes de outras regiões do Sul. Na ocasião, a Colonizadora Maripá, além da extração de recursos naturais, passou a comercializar pequenas propriedades de terras para ocupação da região.

Mas a região Costa Oeste passa a se constituir fisicamente somente em 1982, através da formação do Lago de Itaipu, após a construção da Hidrelétrica de Itaipu, resultante de um acordo binacional entre Brasil e Paraguai para represar o Rio Paraná na fronteira entre os dois países (SOUZA, 2008).

Principalmente através da ação estatal, esse espaço foi produzido e transformado. Compreende-se, portanto, que o Estado atua como um agente transformador de territorialidades, onde, através de suas ações, desterritorializa e reterritorializa espaços.

O Estado “carrega sempre, indissociavelmente, o papel de destruidor de territorialidades previamente existentes, mais diversificadas, e a fundação de novas, em torno de um padrão político-administrativo mais universalizante” (HAESBAERT, 2011, p. 198).

Dessa forma, a construção da Hidrelétrica de Itaipu reconfigurou a região, comprometendo cerca de 101.093 hectares do território paranaense. As águas do lago inundaram áreas urbanas e rurais, resultando na expulsão de 44 mil famílias (SOUZA, 2009). Na Tabela 1 é possível observar o tamanho das áreas que foram desapropriadas.

TABELA 1 – Número de Propriedades e Áreas Invasadas pelo Lago de Itaipu

	Nº Propriedades	Área (ha)
RURAIS	6.913	100.607,73
URBANAS	1.606	484,78
TOTAIS	8.519	101.092,52

FONTE: Souza, 2009.

Consequentemente, a construção da hidrelétrica proporcionou um amplo movimento migratório, onde muitas pessoas que viviam no campo perderam suas terras em virtude do alagamento, e vieram para as cidades em sua grande maioria. Houve também um processo de atração populacional, principalmente para Foz do Iguaçu, onde grandes contingentes populacionais direcionaram-se ao município para trabalhar na construção da hidrelétrica.

Além disso, após o alagamento, muitos municípios iniciaram o processo de desmembramento territorial, surgindo novos municípios, que configuram a atual região Costa Oeste do Paraná. Desse modo, pode-se perceber que o impacto da construção da hidrelétrica na região foi muito grande, não apenas nos aspectos ambientais e sociais, mas também espaciais (SOUZA, 2009).

Por localizar-se próxima à fronteira, a Costa Oeste paranaense é marcada por inúmeras particularidades, envolvida em uma relação socioespacial diferenciada, que se expressa nos fluxos, na cultura, na identidade dos povos fronteiriços. Devido à sua localização na faixa de fronteira, exercem-se inúmeras relações, desde a mobilidade populacional exercida com o Paraguai, e vice-versa, assim como relações econômicas e culturais estabelecidas com os países vizinhos, evidenciando uma territorialidade diferenciada.

Assim, diante dessas características diferenciadas da região Costa Oeste, torna-se importante analisar as mudanças que ocorreram nesse território no intervalo de vinte anos, apuradas através dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010. Percebe-se que tanto na região Costa Oeste do Paraná, como no Brasil em geral, pode-se observar que nas últimas décadas houve uma transferência da população do campo para as cidades.

O deslocamento da população do campo para a cidade e as migrações

O processo de crescimento das populações nas cidades brasileiras, nas últimas décadas, reflete as transformações verificadas na economia e na sociedade. Durante a maior parte de sua história, o Brasil caracterizou-se por ser uma sociedade rural, baseada na produção agrícola, no extrativismo e na criação de animais. Com o processo de industrialização entre 1930 e 1970, o Brasil deixa de ser uma economia predominantemente agroexportadora e passa a ser também industrializado, sendo que o processo de aprimoramento das relações de produção e trabalho no campo provocou o

êxodo rural-urbano. Segundo Brito (2006, p. 4) “a maior parte do crescimento demográfico urbano, entre 1960 e 1980, deveu-se ao intenso fluxo migratório rural-urbano.”

Em lugares onde houve a industrialização da agricultura e a expansão das culturas de exportação passam a se reproduzir no campo relações especificamente capitalistas, relações que implicam a implantação do trabalho assalariado. Nas áreas onde o processo de modernização foi mais intenso, a expropriação foi absoluta e expulsou muitos camponeses, concentrando ainda mais a terra.

Na região em estudo, um fator que contribuiu para a migração da população do campo para a cidade foi a construção da Hidrelétrica de Itaipu. Em virtude do alagamento, muitos agricultores tiveram que deixar suas terras, sendo que, em muitos casos, não foram indenizados ou então as indenizações não condiziam com o valor de suas terras. Assim, a expulsão dessa população das áreas rurais fez com que eles adquirissem terras em outras localidades ou se concentrassem em cidades maiores da região, como Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu. Juntamente com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, o processo de modernização agrícola também contribuiu para o êxodo rural.

Ainda que a população da região no censo realizado em 1991 fosse predominantemente rural, esse processo de migração do campo para a cidade já vinha se manifestando. No Gráfico 1 é possível perceber que entre os censos realizados em 1991, 2000 e 2010, a população do campo vem diminuindo e, conseqüentemente, a população urbana aumenta significativamente.

É possível observar que, até o censo de 1991, apesar de não haver grandes diferenças entre a população urbana e a população rural, o número de pessoas que viviam no campo era superior ao das pessoas que viviam na cidade. Já no censo de 2000, percebe-se que a população urbana superou em muito a população rural, de modo que é possível depreender que nas décadas de 1990 e 2000 ocorreram transformações intensas relacionadas ao êxodo rural. Em 2010, a população predominante é a urbana, mas considera-se que houve uma redução nesse índice de migração do campo para a cidade, ou seja, o êxodo rural estaria diminuindo.

Uma questão que contribuiu para esse aumento da população urbana, e que ainda tem repercussão, é a modernização das técnicas utilizadas no campo, situação em que pequenos agricultores, que não têm condições de se adequar a essas novas tecnologias, acabam arrendando ou vendendo suas propriedades para proprietários maiores, intensificando a concentração fundiária.

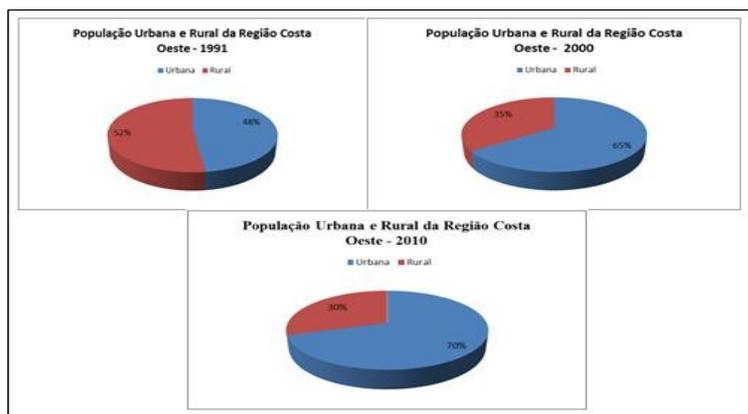


GRÁFICO 1 - População Urbana e Rural na Região Costa Oeste do Paraná – 1991-2000-2010

FORNTE: IPARDES.
Elaborado por CASAGRANDE, 2012.

Além disso, entre as famílias que vivem no campo, está ocorrendo atualmente a migração dos jovens para as cidades, com a motivação específica de busca de estudo e emprego. Entre as razões para essa migração, pode-se citar a instabilidade dos preços dos produtos agrícolas. Segundo Vilmar Saar, Coordenador do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) de Marechal Cândido Rondon, em entrevista à imprensa regional, um dos motivos para o êxodo rural dos jovens filhos de agricultores é que “Na cidade tem mais facilidade, o ganho é seguro, na agricultura é muito instável, depende de clima, preços” (PRODUTORES, 2011, p. 7). Também em entrevista ao jornal, Valdemar Kaiser, presidente do Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon, afirma que a instabilidade da remuneração do campo e as dificuldades financeiras dos pequenos produtores desmotivam os jovens a permanecerem na atividade. Por outro lado, na cidade esses jovens encontram emprego com garantia de renda no final do mês, direito de férias e décimo terceiro salário, além de outros direitos trabalhistas.

Além da saída da população das áreas rurais para as áreas urbanas, observa-se nos últimos anos outros tipos de migração. Nos últimos anos, a questão migratória no Brasil deixou de concentrar-se unicamente no clássico movimento rural-urbano. Segundo Cunha (2005, p. 1):

As migrações inter-regional, intra-regional, internacional e a mobilidade pendular (*commuting*) e a sazonal são cada vez mais reconhecidas como faces distintas desse fenômeno demográfico que aflora e ganha importância qualitativa e quantitativa em função das modificações ocorridas nas dimensões econômica, social e política em nível nacional e internacional.

As migrações ocorrem geralmente em decorrência da busca de melhores condições de vida. O migrante é visto como um indivíduo dotado de racionalidade econômica na decisão de migrar, que é capaz de desenhar os seus caminhos pelo território de uma maneira adequada às necessidades do mercado de trabalho (BRITO, 2009).

As migrações internas redistribuem a população, seja de áreas rurais para áreas urbanas, entre estados ou diferentes regiões, inclusive para fronteiras agrícolas em expansão. Dessa forma, as migrações possuem grande impacto quando se pensa na dinâmica populacional, em todo tipo de escala (municipal, regional e nacional).

Como decorrência das migrações internas, ocorre um acelerado processo de urbanização, um fenômeno articulado ao conjunto de mudanças ocorridas na economia, na sociedade e na política brasileira, especialmente a partir da segunda metade do século passado.

Esse processo de urbanização não pode ser pensado unicamente como uma questão quantitativa, referente ao número de habitantes nas cidades e aglomerações urbanas, ou da extensão físico territorial do fenômeno urbano. Segundo Carlos (2008, p. 183):

O processo de urbanização envolve, sobretudo, um movimento, apontado por Lefebvre e sinalizado por Limonad, no qual, da posição de induzida pela industrialização, ele torna-se, num determinado momento da história, indutora de uma nova realidade, em que o fenômeno ultrapassa a fábrica e o processo produtivo, para tomar a vida (os espaços-tempos de sua realização) em suas múltiplas dimensões. Trata-se de um movimento que amplia e supera a produção como decorrência das necessidades do processo de valorização na fábrica para um momento em que a reprodução capitalista se realiza em outras esferas, como as do cotidiano por exemplo. Nesse sentido, deparamo-nos com outra escala dessa produção, ou seja, a das relações sociais de produção no seio da reprodução da sociedade.

A urbanização da sociedade se expande pelo planeta, organizando um espaço próprio e um modo de vida diferenciado das relações tradicionais. O conceito de urbano, conforme Carlos (2008), vai além do conceito da cidade, pois ele abrange o processo de reprodução da sociedade e de sua orientação.

Analisando a região Costa Oeste do Paraná, percebe-se que ela está a um nível intermediário de urbanização, pois em alguns municípios há elevados índices de urbanização e em outros esse processo é incipiente. Quanto mais urbanizado, mais

serviços e empregos são ofertados à população, de forma que esses municípios acabam tornando-se atrativos para a vinda de migrantes que buscam melhores condições de vida.

Na Figura 2 é possível visualizar o grau de urbanização dos quinze municípios que compõem a região Costa Oeste. Analisando esses dados, percebe-se que os municípios com maiores índices de urbanização são Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Medianeira e Guaíra, com índices de urbanização acima de 85%. Marechal Cândido Rondon e Terra Roxa vêm em seguida na classificação de municípios com grau de urbanização, entre 75% e 85%, respectivamente. Com exceção de Mercedes, onde o grau de urbanização é menor que 50%, o restante dos municípios situa-se na faixa de 50% a 75% de urbanização.

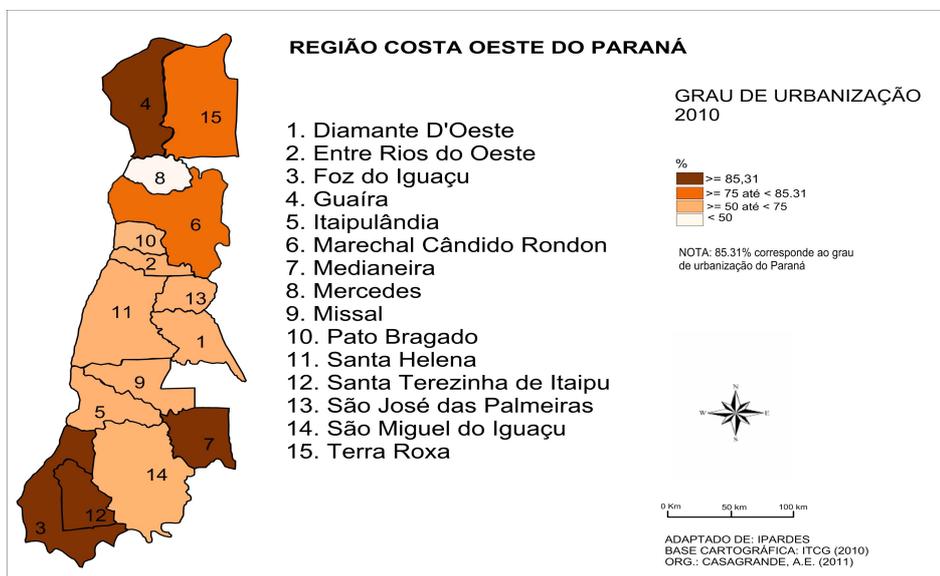


FIGURA 2 - Grau de Urbanização dos Municípios da Região Costa Oeste do Paraná – 2010

FONTE: IPARDES.

Elaborado por CASAGRANDE, 2012.

As grandes mudanças ocorridas na economia, na política e na sociedade brasileira são um dos motivos para o acelerado processo de urbanização, que ocorre tanto em escala nacional como na escala municipal, atingindo toda a sociedade.

Além da questão cidade-campo, das migrações e da urbanização, que são questões essenciais para se compreender a dinâmica demográfica, é de fundamental importância o estudo de indicadores sociais, tais como natalidade, mortalidade, densidade demográfica, IDH, população por sexo e por faixa etária, que serão analisados na seção seguinte.

Indicadores Socioeconômicos e sua importância no planejamento

As alterações no perfil da população de um país, estado ou município vão depender de inúmeros indicadores sociais (natalidade, mortalidade, IDH, população por sexo e por faixa etária, etc.), que interferem diretamente na taxa de crescimento da população e na sua qualidade de vida.

Analisando a população total da região Costa Oeste do Paraná, através dos censos realizados em 1991, 2000 e 2010, verifica-se que a população da região vem aumentando nestas últimas duas décadas, conforme Tabela 2. Entre o censo de 1991 até 2000, houve um aumento de 72.871 pessoas, e entre 2000 e 2010, aumentaram cerca de 20.445 pessoas.

TABELA 2 – População da Costa Oeste nos Censos de 1991, 2000 e 2010

Localidade	1991	2000	2010
Diamante D'Oeste	9.253	4.878	5.027
Entre Rios do Oeste	2.920*	3.328	3.922
Foz do Iguaçu	190.123	258.543	256.081
Guaira	30.000	28.659	30.669
Itaipulândia	4.199*	6.836	9.027
Marechal Cândido Rondon	49.430	41.007	46.799
Medianeira	38.665	37.827	41.830
Mercedes	4.198*	4.608	5.046
Missal	10.372	10.433	10.474
Pato Bragado	3.530*	4.049	4.823
Santa Helena	18.861	20.491	23.425
Santa Terezinha de Itaipu	14.149	18.368	20.834
São José das Palmeiras	5.596	4.102	3.831
São Miguel do Iguaçu	24.721	24.432	25.755
Terra Roxa	19.820	16.300	16.763
TOTAL	410.990	483.861	504.306

FONTES: IPARDES.

* Dados reconstituídos pelo IPARDES.

Assim, constata-se que a população da região cresceu menos na última década do que entre 1991 e 2000, mas essa diminuição no crescimento populacional também ocorreu no Paraná como um todo. Segundo Sinval Dias, chefe da unidade do IBGE no Paraná, “O Paraná não atingiu a população estimada porque houve queda na taxa de crescimento e fecundidade e as projeções foram feitas com base nos antigos dados, que estavam elevados” (POPULAÇÃO, 2010, p. 12).

É importante ressaltar que esse crescimento populacional não ocorreu de forma homogênea em todos os municípios da região. Como pode ser observado, entre 1991 e

2000, municípios perderam população, como Diamante D'Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa. Além disso, durante essa década ocorreram alguns processos de desmembramento territorial na região, o que explica a perda de população de alguns municípios: primeiro, Marechal Cândido Rondon, que perdeu a população de Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Mercedes, Quatro Pontes, e, segundo, São Miguel do Iguaçu, que perdeu a população de Itaipulândia.

Já entre os censos realizados em 2000 e 2010, somente dois municípios perderam população, sendo eles Foz do Iguaçu e São José das Palmeiras. Neste último município houve a queda no número da população verificado tanto em 2000 quanto em 2010. Foz do Iguaçu caiu da 5ª para a 7ª posição entre os maiores municípios do Paraná³, e está entre os municípios que contestaram os resultados do censo de 2010.

Essa flutuação de população por município está relacionada principalmente à oferta de emprego e de serviços, onde as pessoas migram para lugares diferentes em busca de melhores condições de vida. Municípios de porte pequeno, caso de São José das Palmeiras, oferecem poucos serviços e os índices de emprego são menores, assim, sua população migra em busca de emprego, de maior acesso à saúde, educação, habitação, enfim, melhores condições de vida.

No caso de Foz do Iguaçu, uma cidade de porte médio, esses serviços estão disponíveis e há mais vagas de trabalho. Cabe, então, questionar: Quais são as causas para a diminuição de sua população? Segundo o IBGE, o processo migratório seria a principal razão da queda no número de habitantes da cidade. Segundo o instituto, um dos motivos dessa migração pode ser o maior rigor dos órgãos de fiscalização na fronteira a partir de 2003 contra o contrabando, favorecendo, desse modo, a migração de pessoas que trabalhavam na informalidade para outras cidades, como Toledo e Maringá, onde existem arranjos produtivos e contratação de mão de obra com muita frequência. É importante ressaltar que essas informações não são precisas, uma vez que o relatório referente a migrações ainda não foi divulgado (NÚMERO, 2010).

Outro motivo que pode ter contribuído para a emigração da população de Foz do Iguaçu é a violência. O município encontra-se no topo da lista dos municípios com maiores índices de violência⁴. Desse modo, muitas pessoas, com medo desses elevados

³ 1º Curitiba (1 746 896), 2º Londrina (506 645), 3º Maringá (357 117), 4º Ponta Grossa (311 697), 5º Cascavel (289 339), 6º São José dos Pinhais (263 488) e 7º Foz do Iguaçu (256 081). Fonte: IBGE, Censo de 2010.

índices, estariam migrando para outras cidades, em busca de maior segurança e tranquilidade.

De modo geral, percebe-se, porém, que a população da região Costa Oeste vêm crescendo nas últimas décadas, e constitui aproximadamente 4,8% da população paranaense. Também em relação ao restante do Paraná, percebe-se que a densidade populacional da região também é expressiva. Realizando uma análise da concentração populacional no território, pode-se perceber que os municípios da região possuem uma densidade populacional significativa quando comparada aos demais municípios paranaenses (Figura 3).

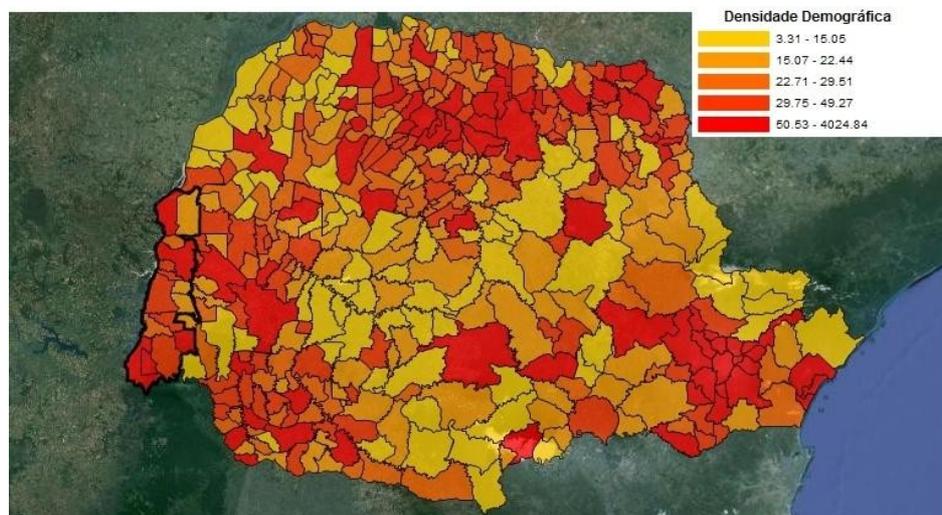


Figura 3 - Densidade demográfica no Paraná

FONTE: IBGE, Sinopse do Censo Demográfico 2010.
Org.: CASAGRANDE, 2012.

Verifica-se, portanto, que nenhum dos municípios da Costa Oeste está inserido na menor faixa de densidade populacional (entre 3-15 habitantes por quilômetro quadrado), e que a maioria de seus municípios possui densidade populacional acima de 30 hab./km². Dentre os municípios da região, observa-se que aqueles com menor densidade demográfica são Diamante D'Oeste, São José das Palmeiras e Terra Roxa. Com elevada densidade demográfica estão Foz do Iguaçu, Medianeira e Santa Terezinha de Itaipu. Os demais municípios apresentam-se num nível intermediário de densidade populacional.

Essas diferenças na densidade demográfica podem estar relacionadas à economia predominante em cada localidade. Municípios como Diamante D'Oeste e São José das Palmeiras, que possuem as menores densidades demográficas, têm na agropecuária a base de sua economia, ao contrário de municípios como Foz do Iguaçu e

⁴ Em 2006 Foz do Iguaçu estava na 5ª posição entre os municípios com maiores taxas de homicídio na população total brasileira. Fonte: Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros.2008. Disponível em: http://www.acides.pe.gov.br/arquivos/Mapa_da_violencia_VERSAO_WEBmpv.pdf.

Medianeira, onde a indústria, e, principalmente, o setor de serviços, possuem maior expressividade.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), os critérios utilizados para essa avaliação são os mesmos utilizados no IDH de um país, mas alguns dos indicadores utilizados são diferentes. Em relação à educação, o cálculo do IDH-M leva em consideração a taxa de alfabetização de pessoas acima dos quinze anos de idade e a taxa bruta de frequência escolar, onde se somam as pessoas que frequentam o curso fundamental, médio e superior, dividindo pela população na faixa etária de 7 a 22 anos de idade. Em relação à expectativa de vida, analisam-se as condições de saúde e salubridade de cada localidade, de modo que, quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida do local. Em relação à renda, o critério utilizado é a renda municipal *per capita*, onde se soma a renda de todos os residentes e divide-se o resultado pelo número de pessoas que moram no município (PUC-Rio, 2004).

É importante notar que o IDH-M realizado nos municípios brasileiros utiliza como fonte de dados o censo demográfico. Assim, no momento de realização desta pesquisa, o IDH-M de 2010 ainda não se encontra disponível, e por esta razão trabalhamos com base nos dados de 2000. Observando os dados da Tabela 3, é possível constatar que o IDH-M na região Costa Oeste é relativamente alto, e a região se destaca em relação ao restante dos municípios paranaenses. Em relação ao IDH-M de 1991, verifica-se que todos os municípios aumentaram sua classificação, de forma que podemos constatar que houve um aumento na qualidade de vida entre 1990 e 2000.

TABELA 3 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Região Costa Oeste – 2000

Município	Índice de Desenvolvimento Humano – IDH 2000										
	A*	B*	C*	D*	E*	F*	G*	H*		I*	J*
	(anos)	(%)	(%)	(R\$)				1991	2000		
Diamante D'Oeste	68,31	79,41	78,66	153,64	0,722	0,792	0,613	0,608	0,709	307	2.835
Entre Rios do Oeste	77	96,33	84,39	337,95	0,872	0,923	0,745	0,755	0,847	4	41
Foz do Iguaçu	68,28	92,52	86,46	326,19	0,721	0,905	0,739	0,722	0,788	42	850
Guaira	71,14	87,42	85,43	250,68	0,769	0,868	0,695	0,709	0,777	69	1.125
Itaipulândia	68,28	90,37	82,78	229,13	0,721	0,878	0,680	0,691	0,760	129	1.583
Marechal Cândido Rondon	73,48	95,66	88,16	341,71	0,808	0,932	0,747	0,758	0,829	8	139
Medianeira	68,28	92,83	85,45	277,50	0,721	0,904	0,712	0,730	0,779	67	1.081

Mercedes	74,05	93,42	77,11	349,05	0,818	0,880	0,750	0,725	0,816	13	284
Missal	72,17	92,23	85,03	237,91	0,786	0,898	0,686	0,722	0,790	39	800
Pato Bragado	75	94,74	83,61	292,17	0,833	0,910	0,720	0,733	0,821	11	219
Santa Helena	72,36	91,25	90,33	256,81	0,789	0,909	0,699	0,726	0,799	25	586
Santa Terezinha de Itaipu	70,04	90,31	83,09	265,26	0,751	0,879	0,704	0,689	0,778	68	1.10 3
São José das Palmeiras	71,01	77,54	83,27	150,67	0,767	0,794	0,610	0,650	0,724	259	2.53 9
São Miguel do Iguaçú	68,50	89,52	86,22	307,73	0,725	0,884	0,729	0,701	0,779	66	1.08 0
Terra Roxa	72,36	85,63	80,96	204,68	0,789	0,841	0,661	0,683	0,764	105	147 9

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, IPEA/Ipardes, 2010.

A* Esperança de vida ao nascer

B* Taxa de alfabetização de adultos

C* Taxa bruta de frequência escolar

D* Renda *per capita* nacional

E* Longevidade (IDH-L)

F* Educação (IDH-E)

G* Renda (IDHM-R)

H* IDH-M (1991 e 2000)

I* Classificação na unidade da federação

J* Classificação no país

Em relação ao IDH-M de 2000, há municípios que se destacam, como Entre Rios do Oeste e Marechal Cândido Rondon, que ocupavam, respectivamente, a 4^a e a 8^a posição entre os municípios paranaenses. Já os municípios da região com menor IDH-M são Diamante D'Oeste (0,709) e São José das Palmeiras (0,724), que ocupam as respectivas posições em relação aos 399 municípios paranaenses; 307^a e 259^a. Em seguida, vêm Terra Roxa (0,764) e Itaipulândia (0,760), ocupando as posições 105^a e 129^a, respectivamente.

Comparados com o IDH do Paraná (0,787) e do Brasil (0,766), percebe-se que a maior parte dos municípios da região está acima da média nacional e estadual, o que indica que a região se destaca em qualidade de vida. Realizando uma média aritmética, o IDH regional fica em torno de 0,784, ou seja, um bom índice de qualidade de vida. Ainda na Tabela 3, é possível analisar outras variáveis que são a base do IDH, tais como esperança de vida ao nascer, educação e renda. Em relação à expectativa de vida, a média da região Costa Oeste ficou em torno de 71,3 anos no ano de 2000, enquanto a expectativa de vida no Brasil é de 73,1 anos (IBGE, 2009).

A educação também merece destaque em nosso estudo, pois é um dos parâmetros básicos do desenvolvimento econômico e social, refletindo sobre a produtividade e a evolução do mercado de trabalho, com implicações significativas sobre a saúde, fecundidade e outros temas sociais (IBGE, 2010). Nesse sentido, também é

importante analisarmos os índices de alfabetização nos municípios da região Costa Oeste (Gráfico 2), para se traçar um perfil educacional da população.

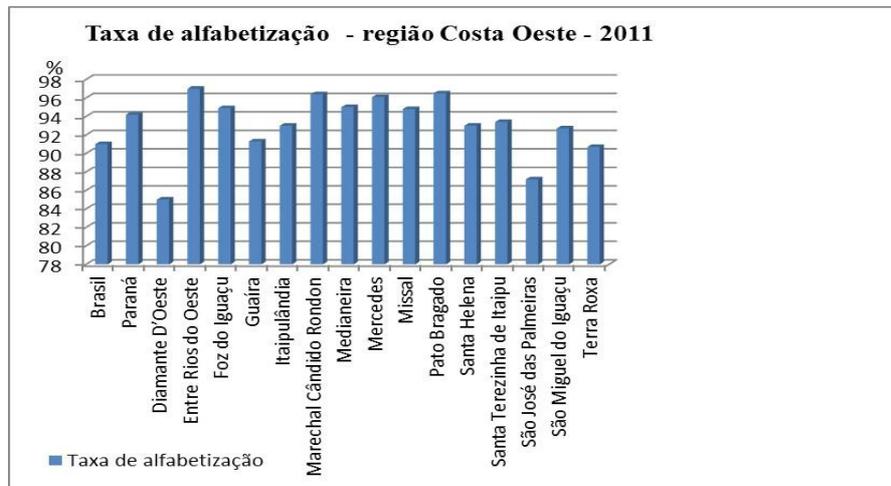


Gráfico 2 – Taxa de alfabetização de pessoas de 10 anos ou mais de idade na Região Costa Oeste do Paraná – 2011

Fonte: IBGE.

Elaboração: CASAGRANDE, 2012.

O que se observa é que a maioria dos municípios possui taxas de alfabetização acima dos 90%, com exceção de Diamante D'Oeste e São José das Palmeiras. Coincidentemente, esses são os dois municípios da região com os menores IDH-M. Portanto, pode-se compreender que a educação tem grande importância no que concerne ao desenvolvimento de uma sociedade.

No entanto, tais indicadores de qualidade de vida poderiam ser melhores, principalmente considerando que esses municípios recebem grandes montantes de recursos provenientes dos *royalties* pagos pela Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional. Tais recursos são de grande importância para a economia dos municípios, pois podem ser aplicados em diversas áreas, desde investimentos destinados ao turismo, até políticas e programas voltados ao desenvolvimento econômico e social de seus municípios.

Conforme Souza (*apud* OLIVEIRA, 2008), com os recursos advindos dos *royalties*, os indicadores de qualidade de vida desses municípios deveriam ser excelentes, pois as administrações municipais dispõem de capacidade financeira para investirem em educação, agricultura, trabalho, saúde e obras de infraestrutura como estradas, redes de coleta e tratamento de esgoto, entre outros. Além dos *royalties*, as administrações públicas locais dispõem do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (Tabela 4).

TABELA 4 - Recursos provenientes dos *Royalties*, FPM e ICMS - região Costa Oeste do Paraná

MUNICÍPIOS	Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$) – 2010	<i>Royalties</i> *		Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - 2009
		Repasse Atual (R\$)	Acumulado (R\$)	
Diamante D'Oeste	4.045.089,30	34,4 mil	12,2 milhões	23.306,59
Entre Rios do Oeste	4.045.089,30	201,4 mil	68,4 milhões	126.482,44
Foz do Iguaçu	35.151.388,11	1,2 milhão	445 milhões	33.706.439,73
Guaíra	9.438.541,23	312,2 mil	112,3 milhões	2.961.474,39
Itaipulândia	4.045.089,30	1,1 milhão	374,3 milhões	768.604,25
Marechal Cândido Rondon	13.483.630,22	343 mil	135,4 milhões	8.128.857,42
Medianeira	12.135.267,10	7,1 mil	2,4 milhões	13.637.977,47
Mercedes	4.045.089,30	118,3 mil	40,2 milhões	364.790,72
Missal	5.393.452,25	245,1 mil	88,2 milhões	190.563,04
Pato Bragado	4.045.089,30	288 mil	98 milhões	151.495,10
Santa Helena	9.438.541,23	1,6 milhão	581,5 milhões	465.117,13
Santa Terezinha de Itaipu	8.090.178,22	256,3 mil	92,2 milhões	1.358.035,59
São José das Palmeiras	4.045.089,30	11,9 mil	4,2 milhões	9.030,90
São Miguel do Iguaçu	9.438.541,23	556,5 mil	222,2 milhões	1.926.307,69
Terra Roxa	6.741.815,22	9,6 mil	3,3 milhões	1.990.474,91

Fonte: IparDES (2010); Itaipu Binacional – repasse de *royalties* janeiro/2012.

Organização: CASAGRANDE, 2012.

* Valor convertido em reais a partir da cotação do dólar comercial em 23/1/2012.

Esses recursos distribuem-se de forma heterogênea entre os municípios da região. Em Santa Helena, município que teve uma área maior alagada pelo Lago de Itaipu, os *royalties* constituem cerca de 13,1% da receita total, o FPM constitui 82,3% e o ICMS apenas 4% da receita total. Em Marechal Cândido Rondon, os *royalties* equivalem a 1,46% da receita total, enquanto o FPM e o ICMS representam, respectivamente, 61,4% e 37%. Já no município de Medianeira, município que teve menor área alagada, os *royalties* constituem apenas 0,02% da receita total, sendo que os maiores recursos advêm do FPM (82,7%) e do ICMS (52,9%). Assim, em municípios como Medianeira, os *royalties* não exercem grande influência, ao passo que, como em Santa Helena, os *royalties* têm grande importância, constituindo parte significativa da receita total.

Em relação a Entre Rios do Oeste e Marechal Cândido Rondon, que se destacam no IDH-M, quando comparados esses dados com os *royalties* recebidos, há municípios que acumulam valores muito maiores, mas que não se refletem nos indicadores sociais apontados nesses municípios (RIBEIRO, 2005). Compreende-se que não basta os

repasses dos *royalties*, é necessário que esses recursos sejam aplicados visando o desenvolvimento do município e o bem-estar da população. Segundo Ribeiro (2005, p. 38):

[...] parece haver uma ruptura daquilo que se prega como igualdade social e a devida aplicação dos *royalties*, pois, enquanto alguns poucos municípios lideram o *ranking* estadual do IDH (Entre Rios do Oeste e Marechal Cândido Rondon), outros, se não ocupam as últimas colocações estão próximos dela (Diamante do Oeste).

Mesmo dispondo de um volume maior de recursos, parte da população dos municípios da região ainda vive em condições precárias de habitação e de saneamento básico, e estão insatisfeitas com os serviços públicos prestados por alguns municípios (OLIVEIRA, 2008).

Com essas desigualdades verificadas no grau de desenvolvimento humano, pode-se compreender que, muitas vezes, o discurso do desenvolvimento regional não está posto em prática, uma vez que se verifica a dificuldade de integração entre os municípios, assim como uma desigualdade entre eles quanto ao grau de desenvolvimento.

Ao realizar-se um estudo demográfico sobre uma determinada região, como no caso a Costa Oeste paranaense, também é importante avaliar essa população segundo o sexo e a faixa etária. A análise da população por sexo serve para analisar as mudanças relativas ao mercado de trabalho, principalmente no que se refere à maior participação da mão de obra feminina; assim como políticas e projetos diferenciados para cada sexo, como, por exemplo, investimentos voltados ao atendimento da saúde da mulher, como na realização de pré-natal, cujos recursos devem ser destinados a essa área da saúde. Dessa forma, é importante a análise da população feminina e masculina de cada município.

Na Tabela 5 é possível considerar a população feminina e masculina, nos censos de 1991, 2000 e 2010, para a região Costa Oeste do Paraná. Constata-se que não há grandes disparidades entre a população feminina e a população masculina nos quinze municípios pertencentes à região. No censo realizado em 1991, podemos perceber que os sexos estão distribuídos de forma igualitária com o predomínio dos homens sobre as mulheres. Nos anos de 2000 e 2010 também não há grandes disparidades, mas nesses casos já ocorre um predomínio das mulheres sobre os homens.

Assim, verificamos que há uma tendência de predomínio da população feminina sobre a população masculina. Esse predomínio se dá principalmente nos grupos etários acima dos setenta anos, devido ao fato de a expectativa de vida feminina ser maior que a masculina; pois a esperança média de vida para as mulheres é de 77,3 anos e para os homens de 69,7 anos (IBGE, 2010).⁵

TABELA 5 - População Feminina e Masculina – 1991, 2000 e 2010 – Região Costa Oeste do Paraná

Municípios	População 1991		População 2000		População 2010	
	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina
Diamante D'oeste	4843 – 52%	4410 – 48%	2.517 – 51%	2.361 – 49%	2570 - 51%	2457 – 49%
Entre Rios do Oeste	1475 – 51%	1445 - 49% *	1.648 – 49%	1991 – 51%	1953 – 49%	1969 – 51 %
Foz do Iguaçu	94591 – 50%	95532 – 50%	137739 – 53%	130804 – 47%	124203 – 49%	131878 – 51 %
Guaira	15030 – 51%	14970 – 49%	14460 – 50%	14.460 – 50%	14925 – 48%	15744 – 52%
Itaipulândia	2162 – 52%	2032 – 48% *	3537 – 51%	3299 – 49%	4547 – 50%	4480 – 50%
Marechal Cândido Rondon	1750 – 50%	17548 - 50%	20277 – 49%	20730 – 51%	22833 49%	23966 – 51%
Medianeira	16771 – 50%	16916 – 50%	18643 – 49%	19184 – 51%	20578 – 49%	21252 – 51%
Mercedes	2118 – 51%	2084 – 49% *	2312 – 50%	2296 – 50%	2524 – 50%	2522 – 50%
Missal	5308 – 52%	5064 – 48%	2009 – 49%	2040 – 51%	5269 – 50%	5205 – 50%
Pato Bragado	1801 – 51%	1774 – 49% *	10224 – 49%	10267 – 51%	2367 – 49%	2456 – 51%
Santa Helena	9428 – 50%	9433 – 50%	9131 – 44%	9237 – 55%	11507- 49%	11918 – 51%
Santa Terezinha de Itaipu	7050 – 50%	7099 – 50%	2078 – 50%	2024 – 50%	10198 – 49 %	10636 – 51%
São José das Palmeiras	2867 – 52%	2729 – 48%	12357 – 50%	12075 – 50%	1927 – 50 %	1904 – 50%
São Miguel do Iguaçu	10408 – 51%	10119 – 49%	8117 – 49%	8183 – 51%	12835 – 49 %	12920 – 51%
Terra Roxa	9953 – 50%	9867 – 49%	5311 – 52%	5122 – 47%	8300 – 49%	8463 – 51%

FONTE: Iparides.

* Dados reconstituídos para o ano de 1991.

⁵No caso do Brasil, uma das razões evocadas é ainda o aumento da sobremortalidade masculina no segmento populacional composto por jovens e adultos, relacionado a mortes por causas externas, especialmente homicídios e violências (SIVIERO et al., 2010).

Nos últimos anos houve também um aumento da população feminina no mercado de trabalho. Isso ocorreu em razão de que as mulheres vêm alterando a sua participação e papéis na sociedade. Apesar da quantidade de homens no mercado de trabalho ainda ser maior, o número de mulheres trabalhando fora de casa vem aumentando consideravelmente.

O estudo da população por faixas etárias também é de grande importância, pois assim se torna possível verificar quais são os grupos etários predominantes, de forma a direcionar políticas voltadas a essa população. A população da região Costa Oeste foi dividida entre jovens (0 a 19 anos), adultos (20 a 59 anos) e idosos (60 anos ou mais). Através da análise entre os censos de 1991, 2000 e 2010, verifica-se que a população predominante é a adulta, e que essa faixa teve um crescimento gradativo ao longo dos três censos.

Com relação à população jovem, percebe-se que houve um declínio durante as últimas décadas, o que pode ser explicado pelo declínio na taxa de natalidade. Enquanto em 2000, a média de filhos por mulher era de 2,38, em 2010 caiu para 1,86 (IBGE, 2011). Por outro lado, a população idosa vem crescendo nos últimos anos, o que evidencia um aumento na expectativa de vida.

Assim, percebe-se que vêm ocorrendo alterações no perfil da população, não só da região Costa Oeste, mas do Brasil de modo geral. Essas alterações envolvem sobremaneira a taxa de fecundidade da mulher brasileira, que vem reduzindo-se de maneira substancial nas últimas décadas.

A redução na taxa de natalidade se deve a fatores como: maior acesso da população à informações sobre saúde; maior acesso a métodos contraceptivos; um maior número de mulheres passa a trabalhar fora de casa; e o aumento, nos últimos anos, da prática do planejamento familiar entre os casais. .

Essas alterações verificadas na composição da população da Costa Oeste e do Brasil apontam para uma transição demográfica, transição em que se observa que o número de jovens está diminuindo ao passo que aumenta a população idosa e há o predomínio dos adultos.

O processo de transição demográfica, processo decorrente da queda nas taxas de mortalidade e de natalidade, tem provocado uma rápida mudança na estrutura etária brasileira, com uma redução da proporção jovem da população, uma elevação imediata da população adulta e uma elevação significativa, no longo prazo, da população idosa.

Isso pode levar o Brasil a ser “um país com condições demográficas semelhantes aos dos países desenvolvidos e com condições sociais e econômicas que não ultrapassam aquelas dos países em desenvolvimento” (BRITO, 2010, p. 7).

Não basta, no entanto, ter uma pirâmide etária semelhante a dos países desenvolvidos se a realidade de nosso país ainda é marcada pela pobreza e pela intensa desigualdade social. Esse processo de envelhecimento da população vem ocorrendo num ambiente socioeconômico pouco favorável à expansão de um sistema de proteção social para todos os grupos etários, em especial para os idosos (KRELING, 2010).

Devido às alterações na estrutura etária da região Costa Oeste e do Brasil como um todo, será necessária a criação de políticas públicas que deem conta de assistir essas mudanças, e que garantam o acesso universal da população à saúde, à educação e ao emprego. Segundo Brito (2007, p. 10):

A transição demográfica no Brasil, como foi visto, ao contrário daquela dos países mais desenvolvidos, tem sido rápida e generalizada e a sociedade brasileira, sem dúvida, já está sentindo o seu impacto. Cresce rapidamente o peso relativo dos idosos, as famílias estão ficando cada vez menores e com arranjos sociais extremamente diversificados, a longevidade da população tem aumentado velozmente e a população em idade ativa ainda permanecerá crescendo nas próximas décadas. As bases demográficas da economia e da sociedade têm se transformado rapidamente, exigindo um ajuste adequado que não se realizará sem a intermediação do Estado através de políticas públicas fundamentais.

Igualmente, as políticas públicas voltadas à educação, à saúde, ao mercado de trabalho e à previdência devem levar em conta a transição que vem ocorrendo na estrutura etária. No caso da educação, por exemplo, a redução do tamanho da população jovem favorecerá a universalização da cobertura e a melhoria da qualidade de ensino. Por outro lado, com o aumento da expectativa de vida, maior será o tempo de participação dos idosos nos programas de seguridade social (BRITO, 2007).

É importante ressaltar que as mudanças que vêm ocorrendo na estrutura etária variam de acordo com os diferentes estratos da população, onde o envelhecimento da população é muito mais acentuado nas camadas mais ricas da população. Por outro lado, em relação aos jovens, a grande maioria se encontra nas classes mais pobres da população. Desse modo, conforme Brito (2010, p. 8), “retirar os jovens da situação de pobreza é uma condição necessária para potencializar as mudanças estruturais da sociedade brasileira que podem ser facilitadas pelo benefício da transição demográfica”.

Para isso, é de extrema importância que sejam criadas políticas voltadas à melhoria do sistema educacional. Com a redução na proporção de jovens, a demanda por serviços educacionais tem diminuindo, o que facilita as políticas públicas de universalização das matrículas no ensino fundamental e médio. Diante do quadro de precariedade verificado na qualidade do ensino brasileiro, torna-se clara a necessidade de se reorientar os investimentos em educação, de modo a melhorar a sua qualidade (BRITO, 2010).

Outro problema que se verifica com o aumento do número de idosos é quanto ao sistema de proteção social, que ainda é deficitário em nosso país. O grande desafio ainda é o da exclusão de milhões de trabalhadores, que estão na informalidade e não contribuem para o sistema previdenciário. Caso não sejam tomadas medidas, o aumento dos idosos poderá levar ao esgotamento do sistema previdenciário (KRELING, 2010).

Torna-se importante também a criação de postos de trabalho, assim como a qualificação profissional desses trabalhadores. Através de empregos formais, muitos direitos conquistados pelos trabalhadores, como jornada de trabalho, férias, décimo terceiro salário e seguro desemprego deverão ser respeitados. Além disso, os trabalhadores passam a contribuir para o sistema previdenciário, garantindo, futuramente, o direito ao recebimento da aposentadoria, que é de grande importância para a garantia da qualidade de vida para os idosos.

Considerações Finais

Este artigo teve por objetivo destacar a importância dos indicadores sociais dos censos demográficos, pois através deles se torna possível avaliar os movimentos populacionais estabelecidos, assim como obter um panorama geral da população, avaliando as suas potencialidades e demandas em escala regional e local.

Com os dados obtidos através dos censos demográficos é possível avaliar cada município, em quais houve oscilação da população, e a partir daí determinar os motivos para essa dinâmica do êxodo rural, da migração, da oferta de emprego, etc. Além disso, é possível perceber as mudanças na estrutura da população que estão em curso, de modo a se direcionar ações e políticas que deem conta dessas transições demográficas.

Nesse sentido, entre as mudanças observadas, percebe-se que, nos últimos anos, a população urbana vem aumentando, ao passo que diminui a população rural. Como consequência, há um aumento do grau de urbanização dos municípios da Costa Oeste paranaense, assim como é importante que as administrações estejam preparadas

para esse tipo de mudança, ampliando ações que deem conta de atender a essa população com habitação, saneamento e transporte. Trata-se, enfim, de garantir um crescimento urbano ordenado e, do mesmo modo, deve-se gerar ações para a população que permanece no campo, através de financiamentos, programas de apoio a pequenos agricultores, etc.

Outra mudança verificada na região de estudo é a transição na estrutura etária da população, onde a população jovem vem diminuindo, principalmente devido à queda na taxa de fecundidade, ao passo que vem aumentando a expectativa de vida, o que indica um número maior de idosos. Do mesmo modo, torna-se necessária a criação de políticas públicas para atender a esses estratos da população.

Como há diminuição do número de jovens, o governo tem a oportunidade de melhorar a qualidade do ensino, uma vez que este vai abranger menos pessoas do que há alguns anos atrás. Assim, com investimentos em educação, futuramente teremos adultos mais qualificados, realmente preparados para o mercado de trabalho. Outro passo é aumentar o número de empregos formais, valorizando essa mão de obra qualificada. Com a diminuição da informalidade, um contingente maior de pessoas contribuirá para o sistema previdenciário, de maneira que este não fique saturado. Assim, o investimento em políticas voltadas à educação e ao emprego são de grande importância para se garantir a qualidade de vida da população e, principalmente, da população idosa, que vem aumentando consideravelmente.

Quando há uma queda nas taxas de natalidade e de mortalidade, a principal consequência é o envelhecimento da população, o que indica que futuramente pode ocorrer falta de mão de obra, assim como deverão ser criadas políticas públicas governamentais no sentido de atender às necessidades dessa população idosa.

Assim, os dados demográficos obtidos com os censos são utilizados como instrumentos para a realização do planejamento urbano e regional. Esses dados tornam-se a base para a realização das políticas públicas que são destinadas a setores como saúde, educação, saneamento básico, habitação, transportes, etc. A quantificação da população torna-se também um parâmetro para a distribuição de verbas federais aos fundos estaduais e municipais.

Estes dados são de grande importância para a caracterização da região Costa Oeste do Paraná, possibilitando conhecer o movimento histórico regional, demonstrando sua realidade demográfica e, desse modo, compreender a produção do espaço principalmente através da flutuação da população.

Referências

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte, MG: UFMG/Cedeplar, 2009.

_____. **A reinvenção da transição demográfica**: envelhecer antes de enriquecer?. Belo Horizonte, MG: UFMG/Cedeplar, 2010.

_____. **O deslocamento da população brasileira para as metrópoles**. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200017&lang=pt>. 2006. Acesso em: 29 abr. 2011.

CARLOS, Ana Fani. Urbanização da sociedade: um desafio à reflexão. **Revista Cidades**, vol. 5, n. 8, 2008.

CUNHA, José M. P. da. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 19, n. 4. São Paulo, out/dez. 2005.

Em dez anos, população feminina superou a masculina em 4 milhões. **Revista Época**, Reportagem de 24/4/2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI229502-15228,00.html>>. Acesso em: 17 maio 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 396 p.

IBGE. **Por que fazer o Censo de 2010?** Diretorias de Pesquisas, 2010. Disponível em: <www.ibge.com.br>.

KRELING, N. H. **O envelhecimento do trabalhador impõe novos desafios às políticas públicas**. 2010. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_9/abep2010_2070.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2011.

Número apresentado pelo Censo 2010 derruba Foz para 7º posição. **Fronteira Zero**. Disponível em: <fronteirazero.org/portal/modules/smartsection/item.77>. Acesso em: 30 maio 2011.

OLIVEIRA, L. C. de. **Economia, instituições e os royalties**: o caso dos municípios limieiros ao lado de Itaipu Binacional no oeste paranaense. Toledo, 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

POPULAÇÃO do Paraná cresce menos que o esperado. **Jornale**. Disponível em: <<http://www.jornale.com.br/portal/parana/139/9888.html>>. Acesso em: 26 maio 2011.

PUC-Rio. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/indicadores/idhm/idh_m_indice.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2011.

RIBEIRO, Â. M. B. **Planejamento turístico regional**: um estudo da região Costa Oeste do Paraná. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2005

SILVA, J. B. da. Planejamento urbano e crise das cidades. **Revista Terra Livre**, Presidente Prudente, v.1, n. 30, p. 83-96, jan./jun. 2008.

SIVIEIRO, P. C. L. et al. **Diferenciais de mortalidade por sexo**: notas para estudo. Belo Horizonte, MG: UFMG/Cedeplar, 2010.

SOUZA, Edson B. C. de. Políticas territoriais de desenvolvimento regional: o planejamento em foco nas margens do Lago de Itaipu – Costa Oeste do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.115, p.125-147, jul./dez. 2008.

_____. Dinâmica socioespacial da região Oeste do Paraná: um estudo preliminar dos reflexos na fronteira com o Paraguai e Argentina. Disponível em: <egal2009.easyplanners.info/.../1038_Edson_Belo_Edson_Belo_Clemente_de_Souza.doc >. Acesso em: 25 jan. 2011.

_____. Tríplice Fronteira: fluxos da região Oeste do Paraná com o Paraguai e Argentina. **Revista Terra Plural**, vol.1, n. 1, 2009.